

Araken
de Assis

Da execução
de alimentos
e prisão do
devedor

12ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS E PRISÃO DO DEVEDOR

Araken de Assis

12.ª edição revista, atualizada e ampliada

1.ª edição: 1985 – 2.ª edição: 1991 – 3.ª edição: 1996 – 4.ª edição: 1998 –
5.ª edição: 2001 – 6.ª edição: 2004 – 7.ª edição: 2011 – 8.ª edição: 2013 – 9.ª edição: 2016 –
10.ª edição: 2019 – 11.ª edição: 2020.

© desta edição [2024]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Diretores responsáveis

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia

CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [02-2024]

Profissional

Fechamento desta edição [13.12.2023]



ISBN 978-65-260-1761-6

SUMÁRIO

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	17
1. Estado do processo de execução no direito brasileiro	17
2. Plano geral da monografia.....	21
PRIMEIRA PARTE	
TUTELA GERAL DA FUNÇÃO EXECUTIVA	
1. LIDE E SATISFAÇÃO	25
1.1. Conflito, processo e função jurisdicional do Estado	25
1.2. Noção de lide, sua crítica e balanço geral da ideia	29
1.3. Funções da jurisdição e processo.....	37
1.4. Satisfação dos interesses primários e conflito executivo	40
2. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....	45
2.1. Limites da função executiva	45
2.1.1. Critérios classificatórios da ação	46
2.1.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação.....	48
2.2. Eficácias da sentença e satisfação.....	49
2.2.1. Eficácia declaratória	51
2.2.2. Eficácia constitutiva	54
2.2.3. Eficácia condenatória	55
2.2.4. Eficácia mandamental.....	61
2.2.5. Eficácia executiva	64
3. ATO EXECUTIVO	69
3.1. Natureza do ato executivo	69

10	DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS E PRISÃO DO DEVEDOR	
3.2.	Classificação dos atos executivos	73
3.3.	Cumprimento do ato executivo	74
3.3.1.	Extensão dos poderes do juiz no ato executivo	75
3.3.2.	Requisição da força pública	77
3.4.	Documentação do ato executivo	79
4	ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	81
4.1.	Encadeamento dos atos executivos	81
4.2.	Meios executórios de coerção	88
4.2.1.	Coerção patrimonial	90
4.2.2.	Coerção pessoal	93
4.3.	Meios executórios de sub-rogação	94
4.3.1.	Meio do desapossamento	94
4.3.2.	Meio da transformação	94
4.3.3.	Meio da expropriação	95
4.3.3.1.	Meio do desconto	95
4.3.3.2.	Meio da adjudicação	95
4.3.3.3.	Meio da alienação forçada	96
4.3.3.4.	Meio da apropriação	97

SEGUNDA PARTE

TUTELA EXECUTIVA DO CRÉDITO ALIMENTAR

5.	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	101
5.1.	Conceito e conteúdo da obrigação alimentar	101
5.2.	Natureza do crédito alimentar	103
5.2.1.	Classificação das obrigações na lei processual	104
5.2.2.	Objeto da prestação alimentar	109
5.2.2.1.	Prestação alimentar pecuniária	111
5.2.2.2.	Prestação alimentar de entrega de coisa	112
5.3.	Classificação da obrigação alimentar	113

5.3.1. Alimentos naturais e civis	113
5.3.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos.....	115
5.3.3. Alimentos definitivos e provisionais	117
5.3.4. Alimentos futuros e pretéritos.....	119
6. TÍTULO EXECUTIVO E OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	121
6.1. Título executivo e execução forçada	121
6.2. Título executivo na execução de crédito alimentar	123
7. ALIMENTOS E MEIOEXECUTÓRIOS.....	129
7.1. Classificação das obrigações alimentares e meios executórios.....	129
7.1.1. Alimentos definitivos e coerção pessoal	129
7.1.2. Alimentos indenizativos, desconto e coerção pessoal.....	131
7.1.3. Alimentos pretéritos e coerção pessoal	132
7.2. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar.....	133
7.3. Garantias do crédito alimentar e sua influência nos meios executórios.....	136
7.3.1. Capital em títulos da dívida pública ou imóveis	138
7.3.2. Caução real ou fidejussória.....	138
7.3.3. Usufruto de determinados bens.....	139
7.4. Escolha entre a expropriação e a coerção pessoal.....	141
7.5. Mecanismos de cumprimento dos alimentos indenizativos.....	144
7.5.1. Caráter facultativo ou obrigatório da garantia.....	145
7.5.2. Modalidades da garantia.....	147
7.5.3. Arbitramento da caução	149
7.5.4. Procedimento da execução.....	150
7.5.5. Revisão e cessação da obrigação	150
8. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DOS RITOS	153
8.1. Generalidades e método de exposição.....	153
8.2. Execução da obrigação alimentar por desconto em folha	154
8.2.1. Desconto em caráter principal	156

8.2.2. Desconto em caráter incidental	160
8.3. Execução por coerção pessoal.....	160
8.3.1. Competência da demanda executiva	160
8.3.2. Requisitos da inicial, pedido e coerção pessoal.....	163
8.3.3. Controle da petição inicial.....	167
8.3.4. Defesa sumária do executado	169
8.3.4.1. Pagamento pelo executado	169
8.3.4.2. Defesa do executado.....	172
8.3.5. Decisão do incidente	179
8.3.5.1. Natureza do ato decisório	179
8.3.5.2. Recurso cabível. Efeito suspensivo	180
8.3.5.3. Motivação do ato decisório.....	181
8.3.5.4. Efeitos da decisão	182
8.3.6. Prisão do devedor.....	184
8.3.6.1. Prazo da prisão	184
8.3.6.2. Regime da pena	186
8.3.6.3. Suspensão e revogação da pena.....	189
8.3.6.4. Meios para o executado revogar a pena	189
8.3.6.5. Renovação da prisão	191
8.3.7. Inatividade do executado.....	192
8.3.8. Coerção pessoal e embargos do executado.....	193
8.4. Execução por expropriação.....	194
8.4.1. Livre opção pela expropriação.....	196
8.4.2. Iniciativa da parte na expropriação	197
8.4.3. Provimento liminar na expropriação.....	198
8.4.4. Intimação do executado na expropriação	198
8.4.4.1. Modos e destinatários da intimação	199
8.4.4.2. Contagem do prazo e alternativas.....	200
8.4.5. Atitudes do executado na expropriação	200
8.4.6. Levantamento do dinheiro penhorado	201

8.4.7. Encaminhamento normal da expropriação.....	202
8.4.8. Crédito alimentar no concurso de preferências	203
8.5. Execução por desapossamento.....	204
8.6. Conclusões principais	205
BIBLIOGRAFIA	209
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	227
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	233